

# Legislação de GSI (LGPD)

## Questões Atualização 2020

Prof. Walter Cunha

[falecomigo@waltercunha.com](mailto:falecomigo@waltercunha.com)



# [ Professor ]

---



Natural: Fortaleza – CE

Cargo: AFFC-CGU TI (2009)

Graduação: Engenharia Eletrônica  
ITA 2000

Pós: Ger. Projetos FGV 2007

Emerging Leaders: Harvard  
Kennedy School Nov/2018



## **Outros Cursos no Provas de TI:**

<http://bit.ly/2RsnuhF>

## **Tlmasters:**

<https://br.groups.yahoo.com/neo/groups/tlmasters/info>

## **Outros:**

<https://about.me/waltercunha>

## [ Questão 01]

---

(IADES/CRN-3 2019) A Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados) incide quanto ao cadastro de usuários e clientes, alterando a maneira como as organizações devem tratar dados pessoais, com vistas a proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e a respeitar o livre desenvolvimento da personalidade, a dignidade e o exercício da cidadania. Considerando o disposto na referida lei, assinale a alternativa correta.

A Essa lei aplica-se exclusivamente a dados coletados por meio digital.

B Para os fins dessa lei, considera-se dado pessoal qualquer informação relacionada a pessoa física ou jurídica identificada ou identificável.

C O tratamento de dados pessoais, bem como o compartilhamento desses dados, somente é permitido mediante consentimento do titular, salvo casos de exceção previstos na lei.

D Dados pessoais de crianças podem ser coletados sem consentimento prévio e armazenados para fins de contato com os pais ou o responsável legal.

E O consentimento do tratamento dos dados deve ser fornecido pelo titular antecipadamente à coleta dos dados e presume concordância com o compartilhamento dos respectivos dados pessoais com entidades parceiras por tempo indeterminado.

# [ Questão 01] – Comentários

---

## LEI Nº 13.709, DE 14 DE AGOSTO DE 2018

*Art. 1º Esta Lei dispõe sobre o tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, por pessoa natural ou por pessoa jurídica de direito público ou privado, com o objetivo de proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural.*  
(...)

*I - dado pessoal: informação relacionada a pessoa natural identificada ou identificável;*

*Art. 7º O tratamento de dados pessoais somente poderá ser realizado nas seguintes hipóteses:*  
(...)

*§ 4º É dispensada a exigência do consentimento previsto no caput deste artigo para os dados tornados manifestamente públicos pelo titular, resguardados os direitos do titular e os princípios previstos nesta Lei.*

# [ Questão 01] – Comentários

---

## LEI Nº 13.709, DE 14 DE AGOSTO DE 2018

*Art. 14. O tratamento de dados pessoais de crianças e de adolescentes deverá ser realizado em seu melhor interesse, nos termos deste artigo e da legislação pertinente.*

*§ 1º O tratamento de dados pessoais de crianças deverá ser realizado com o consentimento específico e em destaque dado por pelo menos um dos pais ou pelo responsável legal.*

*(...)*

*§ 3º Poderão ser coletados dados pessoais de crianças sem o consentimento a que se refere o § 1º deste artigo quando a coleta for necessária para contatar os pais ou o responsável legal, utilizados uma única vez e sem armazenamento, ou para sua proteção, e em nenhum caso poderão ser repassados a terceiro sem o consentimento de que trata o § 1º deste artigo.*

## [ Questão 01]

---

(IADES/CRN-3 2019) A Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados) incide quanto ao cadastro de usuários e clientes, alterando a maneira como as organizações devem tratar dados pessoais, com vistas a proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e a respeitar o livre desenvolvimento da personalidade, a dignidade e o exercício da cidadania. Considerando o disposto na referida lei, assinale a alternativa correta.

A Essa lei aplica-se exclusivamente a dados coletados por meio digital.

B Para os fins dessa lei, considera-se dado pessoal qualquer informação relacionada a pessoa física ou jurídica identificada ou identificável.

C O tratamento de dados pessoais, bem como o compartilhamento desses dados, somente é permitido mediante consentimento do titular, salvo casos de exceção previstos na lei.

D Dados pessoais de crianças podem ser coletados sem consentimento prévio e armazenados para fins de contato com os pais ou o responsável legal.

E O consentimento do tratamento dos dados deve ser fornecido pelo titular antecipadamente à coleta dos dados e presume concordância com o compartilhamento dos respectivos dados pessoais com entidades parceiras por tempo indeterminado.

## [ Questão 02]

---

(CESPE/TJ-PA 2020) De acordo com a Lei n.º 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais), as atividades de tratamento de dados pessoais devem observar a boa-fé e o princípio

A de dado pessoal, segundo o qual a informação é relacionada à pessoa natural identificada ou identificável.

B de banco de dados, como um conjunto estruturado de dados pessoais estabelecido em um ou em vários locais, em suporte eletrônico ou físico.

C da anonimização, com a utilização de meios técnicos razoáveis e disponíveis no momento do tratamento, por meio dos quais um dado perde a possibilidade de associação, direta ou indireta, a um indivíduo.

D da prevenção, com a adoção de medidas para prevenir a ocorrência de danos em virtude do tratamento de dados pessoais.

E da eliminação, que é a exclusão de dado ou de conjunto de dados armazenados em banco de dados, independentemente do procedimento empregado.



## [ Questão 02] – Comentários

---

### LEI Nº 13.709, DE 14 DE AGOSTO DE 2018

Art. 6º As atividades de tratamento de dados pessoais deverão observar a boa-fé e os seguintes princípios:

- I - **finalidade**: realização do tratamento para propósitos legítimos, específicos, explícitos e informados ao titular, sem possibilidade de tratamento posterior de forma incompatível com essas finalidades
- II - **adequação**: compatibilidade do tratamento com as finalidades informadas ao titular, de acordo com o contexto do tratamento;
- III - **necessidade**: limitação do tratamento ao mínimo necessário para a realização de suas finalidades, com abrangência dos dados pertinentes, proporcionais e não excessivos em relação às finalidades do tratamento de dados;
- IV - **livre acesso**: garantia, aos titulares, de consulta facilitada e gratuita sobre a forma e a duração do tratamento, bem como sobre a integralidade de seus dados pessoais;
- V - **qualidade dos dados**: garantia, aos titulares, de exatidão, clareza, relevância e atualização dos dados, de acordo com a necessidade e para o cumprimento da finalidade de seu tratamento;

## [ Questão 02] – Comentários

---

### LEI Nº 13.709, DE 14 DE AGOSTO DE 2018

Art. 6º As atividades de tratamento de dados pessoais deverão observar a boa-fé e os seguintes princípios: (...)

VI - **transparência**: garantia, aos titulares, de informações claras, precisas e facilmente acessíveis sobre a realização do tratamento e os respectivos agentes de tratamento, observados os segredos comercial e industrial;

VII - **segurança**: utilização de medidas técnicas e administrativas aptas a proteger os dados pessoais de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou difusão;

VIII - **prevenção**: adoção de medidas para prevenir a ocorrência de danos em virtude do tratamento de dados pessoais;

IX - **não discriminação**: impossibilidade de realização do tratamento para fins discriminatórios ilícitos ou abusivos;

X - **responsabilização e prestação de contas**: demonstração, pelo agente, da adoção de medidas eficazes e capazes de comprovar a observância e o cumprimento das normas de proteção de dados pessoais e, inclusive, da eficácia dessas medidas.

## [ Questão 02]

---

(CESPE/TJ-PA 2020) De acordo com a Lei n.º 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais), as atividades de tratamento de dados pessoais devem observar a boa-fé e o princípio

A de dado pessoal, segundo o qual a informação é relacionada à pessoa natural identificada ou identificável.

B de banco de dados, como um conjunto estruturado de dados pessoais estabelecido em um ou em vários locais, em suporte eletrônico ou físico.

C da anonimização, com a utilização de meios técnicos razoáveis e disponíveis no momento do tratamento, por meio dos quais um dado perde a possibilidade de associação, direta ou indireta, a um indivíduo.

*D da prevenção, com a adoção de medidas para prevenir a ocorrência de danos em virtude do tratamento de dados pessoais.*

E da eliminação, que é a exclusão de dado ou de conjunto de dados armazenados em banco de dados, independentemente do procedimento empregado.

## [ Questão 03]

---

(CESPE/TJ-PA 2020) A Lei n.º 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais) prevê a realização do tratamento de dados pessoais, mediante o consentimento do titular dos dados, para o cumprimento de obrigação legal ou regulatória e para a realização de estudos ou execução de contratos a pedido do titular. As hipóteses em questão são exemplos de

A princípios das atividades de tratamento de dados pessoais.

B requisitos para o tratamento de dados pessoais sensíveis.

C tratamento de dados pessoais de crianças e adolescentes.

D direitos do titular dos dados.

E requisitos para o tratamento de dados pessoais.

## [ Questão 03] – Comentários

---

### **LEI Nº 13.709, DE 14 DE AGOSTO DE 2018**

*A Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD – Lei 13.709/2018) versa sobre o correto tratamento conferido aos dados pessoais que fornecemos a terceiros, pessoas naturais ou jurídicas, tanto em meio físico quanto em meio digital, com o intuito de “proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural” (artigo 1º da Lei 13.709/2018).*

## [ Questão 03]

---

(CESPE/TJ-PA 2020) A Lei n.º 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais) prevê a realização do tratamento de dados pessoais, mediante o consentimento do titular dos dados, para o cumprimento de obrigação legal ou regulatória e para a realização de estudos ou execução de contratos a pedido do titular. As hipóteses em questão são exemplos de

A princípios das atividades de tratamento de dados pessoais.

B requisitos para o tratamento de dados pessoais sensíveis.

C tratamento de dados pessoais de crianças e adolescentes.

D direitos do titular dos dados.

*E requisitos para o tratamento de dados pessoais.*

## [ Questão 04]

---

(IADES/BRB 2019) Considere que, em um órgão público, foi detectada a necessidade da atribuição de responsáveis para manterem registro das operações de tratamento de dados pessoais. De acordo com a Lei nº 13.709/2018, quem devem ser esses responsáveis?

A Os agentes de tratamento de dados e o conselho diretor.

B O controlador e o operador.

C O presidente da República e o controlador.

D A autoridade nacional e o operador.

E O governante e a autoridade nacional.

# [ Questão 04] – Comentários

---

## LEI Nº 13.709, DE 14 DE AGOSTO DE 2018

### CAPÍTULO VI DOS AGENTES DE TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS

#### Seção I Do Controlador e do Operador

**Art. 37.** O controlador e o operador devem manter registro das operações de tratamento de dados pessoais que realizarem, especialmente quando baseado no legítimo interesse.

Alternativa correta – O controlador e o operador

**Justificativa da banca IADES:** a resposta está de acordo com o art. 37 da Lei no 13.709/2018, no qual é possível constatar que “o controlador e o operador devem manter registro das operações de tratamento de dados pessoais que realizarem, especialmente quando baseado no legítimo interesse.”



## [ Questão 04]

---

(IADES/BRB 2019) Considere que, em um órgão público, foi detectada a necessidade da atribuição de responsáveis para manterem registro das operações de tratamento de dados pessoais. De acordo com a Lei nº 13.709/2018, quem devem ser esses responsáveis?

A Os agentes de tratamento de dados e o conselho diretor.

**B O controlador e o operador.**

C O presidente da República e o controlador.

D A autoridade nacional e o operador.

E O governante e a autoridade nacional.

## [ Questão 05]

---

(COMPERVE/UFRN 2019)

O Regulamento Geral de Proteção de Dados ou GDPR (General Data Protection Regulation) recentemente adotado pela União Europeia (UE) é um rigoroso conjunto de regras sobre privacidade, válido para a UE, baseado em três pilares: governança de dados, gestão de dados e transparência de dados. No Brasil, existe a Lei Geral de Proteção de Dados (Lei nº 13.709) ou LGPD, sancionada em 14 de agosto de 2018 e que entrará em vigor a partir de agosto de 2020. O principal objetivo da LGPD é garantir transparência no uso dos dados das pessoas físicas em quaisquer meios. Esta lei altera a Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014, popularmente chamada de Marco Civil da Internet.

## [ Questão 05]

---

(COMPERVE/UFRN 2019) Considerando que a empresa Security10, criada e sediada apenas no Brasil, comercializa soluções de TI no mercado nacional e recentemente fechou contrato com uma empresa em Londres para a comercialização de seus produtos na UE, ela deve

A apenas se ajustar ao LGPD e Marco Civil, por se tratar de uma empresa brasileira e, portanto, sujeita às leis do Brasil.

B se ajustar não somente à LGPD e Marco Civil, mas também ao GDPR, sob o risco de ser penalizada na UE.

C apenas se ajustar ao GDPR, pois esta é mais abrangente e se sobrepõe à LGPD e ao Marco Civil

D se preocupar com privacidade dos dados apenas em 2020, quando a LGPD entrará em vigor.

## [ Questão 05]

---

(COMPERVE/UFRN 2019) Considerando que a empresa Security10, criada e sediada apenas no Brasil, comercializa soluções de TI no mercado nacional e recentemente fechou contrato com uma empresa em Londres para a comercialização de seus produtos na UE, ela deve

A apenas se ajustar ao LGPD e Marco Civil, por se tratar de uma empresa brasileira e, portanto, sujeita às leis do Brasil.

***B se ajustar não somente à LGPD e Marco Civil, mas também ao GDPR, sob o risco de ser penalizada na UE.***

C apenas se ajustar ao GDPR, pois esta é mais abrangente e se sobrepõe à LGPD e ao Marco Civil

D se preocupar com privacidade dos dados apenas em 2020, quando a LGPD entrará em vigor.

## [ Questão 06]

---

(IADES/BRB 2019) Regulamentações como a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) de 2018 apresentam desafios aos bancos digitais, que precisarão estar em conformidade até o início da vigência da referida lei, em agosto de 2020.

## [ Questão 06] – Comentários

---

*O então presidente Michel Temer (MDB) sancionou, em 14 de agosto de 2018, a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), que havia sido aprovada pelo Congresso Nacional um mês antes. Inspirada na legislação de países europeus, a LGPD, como foi chamada, regula o uso de informações pessoais por parte das empresas, que tinham liberdade para armazenar e até vender esses dados.*

*As novas regras, que entram em vigor a partir de agosto de 2020, estabelecem padrões rígidos de transparência na gestão dos bancos de dados, deixando as companhias sujeitas a multas pesadas em caso de irregularidades.*

## [ Questão 06]

---

(IADES/BRB 2019) Regulamentações como a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) de 2018 apresentam desafios aos bancos digitais, que precisarão estar em conformidade até o início da vigência da referida lei, em agosto de 2020. (CERTA)

# Dúvidas

Prof. Walter Cunha

[falecomigo@waltercunha.com](mailto:falecomigo@waltercunha.com)

<https://www.patreon.com/timasters>

<https://www.facebook.com/walter.cunha.7>

<https://www.instagram.com/walter.cunha.7/>

<https://twitter.com/timasters>

<https://www.linkedin.com/in/walter-cunha-19a90721>



# Legislação de GSI (LGPD)

## Questões Atualização 2021

Prof. Walter Cunha

[falecomigo@waltercunha.com](mailto:falecomigo@waltercunha.com)

# [ Professor ]

---



Natural: Fortaleza – CE

Cargo: AFFC-CGU TI (2009)

Graduação: Engenharia Eletrônica  
ITA 2000

Pós: Ger. Projetos FGV 2007

Mestrando em Administração  
Pública FGV



## **Outros Cursos no Provas de TI:**

<http://bit.ly/2RsnuhF>

## **Telegram:**

<https://t.me/profwaltercunha>

## **Lista de E-mail:**

<https://groups.google.com/g/timasters-google>

## **Outros:**

<https://about.me/waltercunha>

## [ Questão 01]

---

(CESPE/SERPRO 2021) Independentemente do modo como tenham sido coletados, todos os dados pessoais que estejam sob o controle dos operadores devem ser abrangidos por uma governança de privacidade.

## [ Questão 01] – Comentários

---

### Lei n.º 13.709/2018 — Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD)

#### *Seção II*

#### *Das Boas Práticas e da Governança*

*Art. 50. Os controladores e operadores, no âmbito de suas competências, pelo tratamento de dados pessoais, individualmente ou por meio de associações, **poderão** formular regras de boas práticas e de governança que estabeleçam as condições de organização, o regime de funcionamento, os procedimentos, incluindo reclamações e petições de titulares, as normas de segurança, os padrões técnicos, as obrigações específicas para os diversos envolvidos no tratamento, as ações educativas, os mecanismos internos de supervisão e de mitigação de riscos e outros aspectos relacionados ao tratamento de dados pessoais.*

*(...)*

## [ Questão 01] – Comentários

---

### Lei n.º 13.709/2018 — Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD)

(...)

§ 2º Na aplicação dos princípios indicados nos incisos VII e VIII do caput do art. 6º desta Lei, o controlador, observados a estrutura, a escala e o volume de suas operações, bem como a sensibilidade dos dados tratados e a probabilidade e a gravidade dos danos para os titulares dos dados, poderá:

I - implementar programa de governança em privacidade que, no mínimo:

(...)

b) seja aplicável a todo o conjunto de dados pessoais que estejam sob seu controle, independentemente do modo como se realizou sua coleta;

## [ Questão 01]

---

(CESPE/SERPRO 2021) Independendentemente do modo como tenham sido coletados, todos os dados pessoais que estejam sob o controle dos operadores devem ser abrangidos por uma governança de privacidade.

Resp. CERTA

## [ Questão 02]

---

(CESPE/SERPRO 2021) A anonimização impossibilita que um dado seja associado, direta ou indiretamente, a um indivíduo.



## [ Questão 02] – Comentários

---

### Lei n.º 13.709/2018 — Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD)

XI - anonimização: utilização de meios técnicos razoáveis e disponíveis no momento do tratamento, por meio dos quais um dado perde a possibilidade de associação, direta ou indireta, a um indivíduo;

Art. 12. Os dados anonimizados não serão considerados dados pessoais para os fins desta Lei, salvo quando o processo de anonimização ao qual foram submetidos for revertido, utilizando exclusivamente meios próprios, ou quando, com esforços razoáveis, puder ser revertido.

§ 1º A determinação do que seja razoável deve levar em consideração fatores objetivos, tais como custo e tempo necessários para reverter o processo de anonimização, de acordo com as tecnologias disponíveis, e a utilização exclusiva de meios próprios.

## [ Questão 02] – Comentários

---

### Lei n.º 13.709/2018 — Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD)

(...)

§ 3º A autoridade nacional poderá dispor sobre padrões e técnicas utilizados em processos de anonimização e realizar verificações acerca de sua segurança, ouvido o Conselho Nacional de Proteção de Dados Pessoais.

(...)

§ 4º Para os efeitos deste artigo, a pseudonimização é o tratamento por meio do qual um dado perde a possibilidade de associação, direta ou indireta, a um indivíduo, senão pelo uso de informação adicional mantida separadamente pelo controlador em ambiente controlado e seguro.

## [ Questão 02]

---

(CESPE/SERPRO 2021) *A anonimização impossibilita que um dado seja associado, direta ou indiretamente, a um indivíduo.*

*Resp. CERTA\**

## [ Questão 03]

---

(CESPE/SERPRO 2021) Consentimento é a manifestação do titular — pessoa natural ou jurídica — sobre o tratamento de seus dados para uma finalidade específica.

## [ Questão 03] – Comentários

---

**Lei n.º 13.709/2018 — Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD)**

*V - titular: pessoa natural a quem se referem os dados pessoais que são objeto de tratamento;*

*XII - consentimento: manifestação livre, informada e inequívoca pela qual o titular concorda com o tratamento de seus dados pessoais para uma finalidade determinada;*

## [ Questão 03]

---

(CESPE/SERPRO 2021) Consentimento é a manifestação do titular — pessoa natural **ou jurídica** — sobre o tratamento de seus dados para uma finalidade específica.

**Resp. ERRADA**

## [ Questão 04]

---

(CESPE/SERPRO 2021) O tratamento dos dados regulados deve atender ao princípio da adequação, o qual limita o tratamento ao mínimo necessário para a atividade.

## [ Questão 04] – Comentários

---

### Lei n.º 13.709/2018 — Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD)

Art. 6º As atividades de tratamento de dados pessoais deverão observar a boa-fé e os seguintes princípios:

*II - adequação: compatibilidade do tratamento com as finalidades informadas ao titular, de acordo com o contexto do tratamento;*

*III - necessidade: limitação do tratamento ao mínimo necessário para a realização de suas finalidades, com abrangência dos dados pertinentes, proporcionais e não excessivos em relação às finalidades do tratamento de dados;*



## [ Questão 04] – Comentários

---

**Lei n.º 13.709/2018 — Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) - PRINCÍPIOS**

**Finalidade:** propósitos legítimos, específicos, explícitos e informados ao titular

**Adequação:** compatibilidade do tratamento com finalidades informadas ao titular

**Necessidade:** limitação ao mínimo necessário para realização de suas finalidades

**Livre acesso:** garantia, aos titulares, de consulta facilitada e gratuita

**Qualidade dos dados:** garantia, aos titulares, de exatidão, clareza, relevância e atualização dos dados

**Transparência:** garantia, aos titulares, de informações claras, precisas e facilmente acessíveis

## [ Questão 04] – Comentários

---

### **Lei n.º 13.709/2018 — Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) - PRINCÍPIOS**

**Segurança:** utilização de medidas técnicas e administrativas aptas à proteção de dados

**Prevenção:** adoção de medidas para prevenir ocorrência de danos face o tratamento dos dados pessoais

**Não discriminação:** impossibilidade de realização do tratamento com fins discriminatórios

**Responsabilização e prestação de conta:** demonstração, pelo agente, da adoção de medidas eficazes e capazes de comprovar observância e cumprimento das normas de proteção de dados pessoais e eficácia dessas medidas

## [ Questão 04]

---

(CESPE/SERPRO 2021) O tratamento dos dados regulados deve atender ao princípio da adequação, o qual limita o tratamento ao mínimo necessário para a atividade.

**Resp. ERRADA**

## [ Questão 05]

---

(CESPE/SERPRO 2021) O tratamento de dados pessoais poderá ser realizado a pedido do próprio titular dos dados quando for necessário para a execução de contrato do qual ele seja parte.

## [ Questão 05] – Comentários

---

**Lei n.º 13.709/2018 — Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD)**

*Seção I*

*Dos Requisitos para o Tratamento de Dados Pessoais*

*Art. 7º O tratamento de dados pessoais somente poderá ser realizado nas seguintes hipóteses:*

*(...)*

*V - quando necessário para a execução de contrato ou de procedimentos preliminares relacionados a contrato do qual seja parte o titular, a pedido do titular dos dados;*

## [ Questão 05] – Comentários

---

**Lei n.º 13.709/2018 — Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) – BASES LEGAIS**

Mediante fornecimento de **consentimento** do titular

Para **cumprimento de obrigação legal ou regulatória pelo controlador**

Pela administração pública, para tratamento e uso compartilhado de dados necessários à **execução de políticas públicas**

Para **estudos por órgão de pesquisa**, garantida, sempre que possível, a anonimização dos dados pessoais

**Quando necessário para execução de contrato** ou procedimentos preliminares relacionados a contrato do qual seja parte o titular, a pedido do titular dos dados

## [ Questão 05] – Comentários

---

**Lei n.º 13.709/2018 — Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) – BASES LEGAIS**

**Para exercício regular de direitos em processo judicial, administrativo ou arbitral**

**Para proteção da vida ou da incolumidade física do titular ou terceiro**

*Para tutela da saúde*, em procedimento realizado por profissionais da área de saúde ou entidades sanitárias

**Quando necessário atender interesses legítimos do controlador ou de terceiro**, exceto no caso de prevalecerem direitos e liberdades fundamentais do titular que exijam proteção dos dados pessoais

**Para proteção do crédito**

## [ Questão 05]

---

(CESPE/SERPRO 2021) O tratamento de dados pessoais poderá ser realizado a pedido do próprio titular dos dados quando for necessário para a execução de contrato do qual ele seja parte.

Resp. CERTA



## [ Questão 06]

---

(CESPE/SERPRO 2021) Para fins de aplicação da LGPD, dado pessoal é o que permite identificar ou tornar identificável, de forma inequívoca, um indivíduo.

## [ Questão 06] – Comentários

---

### **Lei n.º 13.709/2018 — Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) – BASES LEGAIS**

*Art. 5º Para os fins desta Lei, considera-se:*

*I - dado pessoal: informação relacionada a pessoa natural identificada ou identificável;*

*II - dado pessoal sensível: dado pessoal sobre origem racial ou étnica, convicção religiosa, opinião política, filiação a sindicato ou a organização de caráter religioso, filosófico ou político, dado referente à saúde ou à vida sexual, dado genético ou biométrico, quando vinculado a uma pessoa natural;*

## [ Questão 06]

---

(CESPE/SERPRO 2021) *Para fins de aplicação da LGPD, dado pessoal é o que permite identificar ou tornar identificável, de forma inequívoca, um indivíduo.*

*Resp. CERTA*

## [ Questão 07]

---

(CESPE/SERPRO 2021) O tratamento de dados pessoais previsto na LGPD poderá ser feito quando necessário para o atendimento dos interesses legítimos do controlador, exceto nas situações em que prevalecerem direitos e liberdades fundamentais do titular que exijam a proteção dos dados pessoais.

## [ Questão 07] – Comentários

---

### **Lei n.º 13.709/2018 — Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) – BASES LEGAIS**

#### *Seção I*

#### *Dos Requisitos para o Tratamento de Dados Pessoais*

*Art. 7º O tratamento de dados pessoais somente poderá ser realizado nas seguintes hipóteses:*

*(...)*

*X - quando necessário para atender aos interesses legítimos do controlador ou de terceiro, exceto no caso de prevalecerem direitos e liberdades fundamentais do titular que exijam a proteção dos dados pessoais;*

## [ Questão 07]

---

(CESPE/SERPRO 2021) O tratamento de dados pessoais previsto na LGPD poderá ser feito quando necessário para o atendimento dos interesses legítimos do controlador, exceto nas situações em que prevalecerem direitos e liberdades fundamentais do titular que exijam a proteção dos dados pessoais.

Resp. CERTA

## [ Questão 08]

---

(CESPE/SERPRO 2021) Em caso de infração à LGPD cometida por agente de tratamento de dados, um dos critérios para a aplicação da sanção administrativa ao infrator é a sua condição econômica.

## [ Questão 08] – Comentários

---

### **Lei n.º 13.709/2018 — Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) – BASES LEGAIS**

#### *Seção I*

#### *Das Sanções Administrativas*

*Art. 52. Os agentes de tratamento de dados, em razão das infrações cometidas às normas previstas nesta Lei, ficam sujeitos às seguintes sanções administrativas aplicáveis pela autoridade nacional:*

*§ 1º As sanções serão aplicadas após procedimento administrativo que possibilite a oportunidade da ampla defesa, de forma gradativa, isolada ou cumulativa, de acordo com as peculiaridades do caso concreto e considerados os seguintes parâmetros e critérios:*

*(...)*

*IV - a condição econômica do infrator;*



## [ Questão 08]

---

(CESPE/SERPRO 2021) Em caso de infração à LGPD cometida por agente de tratamento de dados, um dos critérios para a aplicação da sanção administrativa ao infrator é a sua condição econômica.

*Resp. CERTA*

# Comentário Final

---

## **Lei n.º 13.709/2018 — Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) – BASES LEGAIS**

Titular: pessoa natural a quem se referem os dados pessoais que são objeto de tratamento

Controlador: pessoa natural ou jurídica, de direito público ou privado, a quem competem as decisões referentes ao tratamento de dados pessoais

Operador: pessoa natural ou jurídica, de direito público ou privado, que realiza o tratamento de dados pessoais em nome do controlador

Encarregado (DPO): O encarregado é o indivíduo responsável por garantir a conformidade de uma organização, pública ou privada, à LGPD

# Dúvidas

Prof. Walter Cunha

[falecomigo@waltercunha.com](mailto:falecomigo@waltercunha.com)

<https://www.patreon.com/timasters>

<https://www.facebook.com/walter.cunha.7>

<https://www.instagram.com/walter.cunha.7/>

<https://twitter.com/timasters>

<https://www.linkedin.com/in/walter-cunha-19a90721>